



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro dos Transportes, Sr. Renan Filho, para prestar esclarecimentos a respeito dos repasses financeiros realizados à concessionária CCR MSVia, especialmente no que diz respeito ao total de R\$ 3,9 bilhões liberados ao longo dos últimos anos, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito dos repasses financeiros realizados à concessionária CCR MSVia, especialmente no que diz respeito ao total de R\$ 3,9 bilhões liberados ao longo dos últimos anos, conforme amplamente noticiado pela mídia<sup>1</sup>:

1. Qual o valor exato de recursos públicos repassados à CCR MSVia ao longo dos últimos anos, detalhando os repasses do BNDES, da Caixa Econômica Federal e de outras fontes?
2. Quais os critérios e as condições exigidas pela ANTT e pelo Governo Federal para a liberação desses recursos?
3. Como é feito o monitoramento e a fiscalização dos repasses e da aplicação desses recursos pela CCR MSVia? Existe alguma auditoria sobre o uso dos valores repassados?

<sup>1</sup> <https://www.ojicare.com.br/2025/02/13/deputado-expoe-repasse-de-r-39-bi-a-ccr-e-federacao-pede-suspensao-de-pedagio-na-br-163/>  
<https://folhacg.com.br/geral/sindicalista-pede-a-suspensao-imediata-de-pedagio-da-br-163/> acessados em 14.02.2025





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 27/02/2025 11:18:23.490 - Mesa

RIC n.603/2025

4. Em que medida esses repasses têm sido utilizados para a execução das obras de duplicação da BR-163?
5. Quais são as razões para o atraso e a paralisação das obras de duplicação da BR-163, que deveriam ter sido concluídas em 2019? Qual é a previsão atual para a finalização dessas obras?
6. O que tem sido feito para garantir que a concessionária cumpra os prazos estabelecidos no contrato, levando em consideração os valores significativos que já foram repassados à empresa?
7. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir a segurança dos motoristas que utilizam a rodovia diariamente, enquanto as obras não são concluídas?
8. Quais providências o Governo Federal está adotando, em parceria com a ANTT, para mitigar os riscos de acidentes graves e fatais na BR-163?
9. Qual a responsabilidade da CCR MSVia sobre os acidentes causados pela falta de infraestrutura na rodovia, e como está sendo tratada a questão da indenização às vítimas?
10. Considerando o lucro gerado pela cobrança do pedágio, seria possível suspender temporariamente a cobrança até que a rodovia atenda aos padrões mínimos de segurança e infraestrutura?
11. Existe alguma previsão para a repactuação ou revisão do contrato de concessão da BR-163, especialmente diante do descumprimento dos prazos e da não execução das obras?
12. Qual é a posição da ANTT e do Governo Federal em relação à possibilidade de novas concessões ou reestruturações, caso a CCR MSVia continue a descumprir suas obrigações contratuais?
13. A ANTT considera a suspensão do contrato de concessão em razão do descumprimento dos termos contratuais pela concessionária?

### JUSTIFICATIVA

A BR-163, principal rodovia que interliga o sul ao norte do país, é uma via essencial para o transporte de mercadorias, sendo considerada uma das mais





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 27/02/2025 11:18:23.490 - Mesa

RIC n.603/2025

movimentadas do Brasil, especialmente no transporte de grãos. Seu estado de conservação e a adequação de sua infraestrutura impactam diretamente a logística de exportação e a segurança de milhões de usuários. A concessão da rodovia à empresa CCR MSVia, em 2014, visava, entre outras coisas, a melhoria das condições da estrada, com a duplicação dos seus trechos mais críticos. No entanto, passados mais de 10 anos desde o início da concessão, muitas das promessas feitas em relação à conclusão das obras e à segurança da rodovia ainda não foram cumpridas.

O fato de a CCR MSVia ter recebido R\$ 3,9 bilhões em repasses públicos ao longo dos anos, oriundos de empréstimos do BNDES e da Caixa Econômica Federal, desperta uma série de questionamentos sobre a efetiva aplicação desses recursos. O montante significativo recebido pela concessionária deveria ser suficiente para garantir a conclusão das obras de duplicação, principalmente em trechos mais críticos da BR-163. No entanto, as informações divulgadas indicam que a execução dos trabalhos está longe do que foi originalmente planejado, o que gera desconfiança sobre o destino de tais recursos.

A falta de transparência quanto à aplicação desses recursos é uma das maiores preocupações. Quando se trata de verbas públicas, a população tem o direito de saber como e para que fim esses valores estão sendo utilizados. É fundamental que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), juntamente com o Governo Federal, forneçam um acompanhamento detalhado da execução dos contratos de concessão, fiscalizando com rigor as ações das concessionárias e garantindo que os recursos sejam efetivamente aplicados para os fins acordados.

A duplicação da BR-163 é uma das promessas centrais do contrato de concessão. No entanto, até o momento, a rodovia ainda não foi completamente duplicada, o que coloca em risco a vida dos motoristas e amplia a probabilidade de acidentes fatais. A falta de infraestrutura adequada tem sido responsável por graves acidentes na região, muitos deles envolvendo caminhões e veículos de grande porte. Considerando que a segurança das pessoas deve ser uma prioridade, a demora na conclusão das obras de duplicação é inaceitável, principalmente quando recursos significativos foram repassados à concessionária.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 27/02/2025 11:18:23.490 - Mesa

RIC n.603/2025

O aumento no número de acidentes pode ser diretamente associado à falta de uma estrutura viária adequada. As condições precárias da BR-163 em muitos trechos e a falta de sinalização eficaz têm provocado não apenas acidentes, mas também um elevado número de vítimas fatais. O Governo Federal e a ANTT não podem se omitir diante de uma situação tão grave. O risco à vida dos motoristas e passageiros é uma questão de segurança pública que não pode ser negligenciada.

Além disso, as cobranças de pedágio, que são uma das principais fontes de receita da CCR MSVia, têm sido realizadas de maneira recorrente, apesar do não cumprimento de obrigações contratuais. A cobrança de pedágio é um mecanismo legal e necessário para a manutenção da rodovia, mas quando essa cobrança não é acompanhada de melhorias reais na infraestrutura, ela se torna um fardo injusto para os motoristas e um desrespeito aos compromissos assumidos pela concessionária.

O fato de que a CCR MSVia já arrecadou mais de R\$ 3 bilhões em pedágios, sem que as obras de duplicação tenham sido concluídas, levanta sérias dúvidas sobre a responsabilidade da empresa na gestão desses recursos. Em um contexto de grave negligência na execução das obras, é preciso que as autoridades tomem providências para revisar a gestão dos contratos e avaliar se a continuidade da concessão à empresa é realmente benéfica para a sociedade.

O processo de repactuação do contrato de concessão, que está sendo discutido, também gera preocupação. Caso a empresa tenha falhado em cumprir suas obrigações até o momento, há o risco de que a revisão do contrato seja feita de maneira favorável à concessionária, sem que ela seja devidamente responsabilizada pelos atrasos e pela falta de investimentos. O novo contrato de concessão deve ser mais rigoroso, com cláusulas que assegurem a conclusão das obras e a melhoria contínua das condições de tráfego.

Além disso, é importante questionar se os valores repassados pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES foram utilizados adequadamente e de forma eficiente para a execução das obras. Caso a empresa não tenha cumprido o que foi acordado, o Governo Federal deve adotar medidas de fiscalização mais rigorosas, responsabilizando a concessionária pelos recursos públicos recebidos.



\* C D 2 5 1 3 9 0 5 5 7 2 0 0 \*



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

Apresentação: 27/02/2025 11:18:23.490 - Mesa

RIC n.603/2025

Outra questão relevante refere-se à falta de transparência nas audiências públicas realizadas para tratar dos assuntos relacionados à BR-163. O deputado estadual Junior Mochi, em sua denúncia, indicou que houve uma audiência pública em que nenhum parlamentar estadual foi convidado, o que demonstra a falta de legitimidade e de interesse em discutir a situação da rodovia com a população e seus representantes. As audiências públicas devem ser um espaço de diálogo e de escuta das demandas da sociedade, especialmente quando estão em jogo a segurança e o bem-estar das pessoas.

O pedido de suspensão do pedágio, até que as obras sejam retomadas e concluídas, é uma medida que deve ser considerada, pois é inconcebível que a população continue pagando para utilizar uma rodovia que não oferece as condições de segurança adequadas. A cobrança do pedágio, em sua atual forma, configura um ônus para os motoristas, que já enfrentam as consequências de uma infraestrutura deficiente.

A continuidade da concessão sem que haja uma revisão significativa do contrato e sem a devida fiscalização pode resultar em mais prejuízos para os usuários da BR-163 e para a sociedade como um todo. O fato de que R\$ 3,9 bilhões foram investidos sem que as obras tenham sido concluídas de forma satisfatória é um claro indício de que a fiscalização da ANTT e de outras autoridades competentes tem sido insuficiente para garantir o cumprimento do contrato.

A fiscalização rigorosa das concessionárias e a transparência sobre o uso dos recursos públicos são essenciais para garantir que os contratos de concessão atendam, de fato, ao interesse público e não sejam prejudiciais à sociedade. A situação da BR-163 exige uma ação imediata para evitar que os usuários da rodovia continuem expostos a riscos desnecessários.

A responsabilização da CCR MSVia é fundamental para garantir que as concessionárias cumpram seus compromissos contratuais de forma eficaz. A revisão dos contratos de concessão e a aplicação de penalidades para o descumprimento das obrigações são medidas que devem ser consideradas, para evitar que a população continue pagando por um serviço que não está sendo prestado adequadamente.

Finalmente, este requerimento busca assegurar que as informações sobre os repasses financeiros, o cumprimento do contrato de concessão e o andamento das obras



\* C D 2 5 1 3 9 0 5 5 7 2 0 0 \*



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

de duplicação da BR-163 sejam esclarecidas e que providências sejam tomadas pelas autoridades competentes. A segurança dos motoristas e a transparência na aplicação dos recursos públicos devem ser prioridade para o Governo Federal e para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Diante da gravidade da situação e da importância da BR-163 para o transporte de mercadorias e a segurança da população, é imprescindível que a ANTT e o Governo Federal forneçam as respostas às questões acima, com a máxima urgência e clareza. A utilização de recursos públicos deve ser rigorosamente fiscalizada, e as concessionárias devem ser responsabilizadas por eventuais descumprimentos contratuais. Reitero que a situação atual exige ações imediatas para garantir a segurança dos motoristas e a execução das obras, que são de fundamental importância para a infraestrutura do país.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em \_\_\_ de fevereiro de 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

